



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

### Ata nº12

#### Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Realizada 20 de Dezembro de 2013

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal do Barreiro, com a seguinte **Ordem de Trabalho**:

**3.4 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO RELATIVAMENTE À PROPOSTA DA CÂMARA DE “GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DO BARREIRO PARA 2014”.**

**3.5 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO RELATIVAMENTE À PROPOSTA DA CÂMARA DE” GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS TRANSPORTES COLETIVOS DO BARREIRO PARA 2014”.**

**3.6 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO RELATIVAMENTE À PROPOSTA DA CÂMARA DE “DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO NO SEU PRESIDENTE PARA A REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, RELATIVOS A DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DE CARACTER REPETITIVO E CONTINUADO”.**

**3.7 AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE QUATRO ASSISTENTES OPERACIONAIS – AGENTE ÚNICO, PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS TRANSPORTES COLETIVOS BARREIRO.**

Verificada que foi a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelas 21, 17 horas, registando-se a presença de 30 deputados municipais, conforme lista de presenças anexa à ata.

O Senhor Presidente da Mesa fez a leitura dos pedidos de substituição que foram feitas pelos deputados municipais, ao abrigo do artigo 78º da lei 169/99 de 18 de Setembro, revista pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

- Antonieta Oliveira é substituída por Arlindo Costa
- Jorge Espírito Santo é substituído por Hélder Loução
- Jorge Amorim é substituído por Carlos Bucho
- Rita Carvalho é substituída por José Carlos Marques
- Zélia Leal da Silva é substituída por Teresa Guerreiro



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Em substituição da deputada Ana Porfírio da UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARREIRO E LAVRADIO, António Raposo.

O Executivo Camarário esteve representado pelo Senhor Presidente Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho e pelos Vereadores, Sofia Amaro Martins, Regina Célia Gonçalves Agostinho Janeiro, Rui Pedro Gaspar Lopo, Sónia Isabel Oliveira Lobo, Luís Filipe Pimenta Ferreira, Rui Jorge Fernandes Faria, Joana Rita Falua Branco e Bruno Jorge Viegas Vitorino.

A Mesa é composta pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Frederico Fernandes Pereira, pelo primeiro Secretário Vítor Manuel Batista Ribeiro dos Santos e pela segunda Secretária Ana Maria Rodrigues Gomes da Silva.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à reunião.

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 3.4 APRECIACÃO E VOTAÇÃO RELATIVAMENTE À PROPOSTA DA CÂMARA DE “GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO BARREIRO PARA 2014”.

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 17 votos a favor da CDU, 8 votos contra do PS e 5 abstenções, 2 do BE, 2 do PSD, e 1 do MCI, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Lobo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo A**”.

**VEREADORA SÓNIA LOBO** – Apresenta o documento que tem por base uma metodologia e estratégia que se vem consolidando ao longo do tempo, e que nos últimos anos tem pautado, as ações e o trabalho da CDU.

Tem vindo a desenvolver um trabalho continuado de ponderação, de conhecimento e de intervenção, quer sobre a despesa, quer sobre a receita do município. Trabalharam para construir um maior equilíbrio orçamental, mesmo tendo em cima da mesa *dossiers* bastante pesados como o das 40 horas e como o da reestruturação.

É um orçamento de 42 milhões.

Conscientes da situação do País, das pessoas, das famílias, dos agentes sociais, culturais e associativos, procuraram com a verba disponível não afetar no fundamental o apoio a entidades externas, conscientes que se irá refletir na ação do município



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Procuram dar uma maior atenção a ações que podem reduzir no futuro as despesas de funcionamento e as despesas correntes. Canalizaram uma atenção particular para a área de recursos humanos, por exemplo: maquinaria, ferramentas, fardamento.

Orçamento com redução dos transitados para 5.600 milhões.

É um orçamento que garante as funções basilares do município, como águas, saneamento, resíduos sólidos, ação social escolar, desporto cultura, entre tantas outras.

É um orçamento que aposta no serviço público, que procura prestar um serviço de qualidade aos munícipes. Um orçamento que apresenta um volume de obras que classifica como interessante, tendo em conta o atual contexto económico e financeiro do país e do concelho.

Um documento que reflete também o término das empreitadas na Quinta da Mina e do REPARA.

O Deputado **Leal da Silva** do PS, cumprimenta todos e faz uma breve consideração sobre os documentos que estão a analisar.

Este não seria o orçamento do Partido Socialista. Em termos de valores absolutos bastaria examinar o mapa síntese das GOP, para o dizer. E ver o que é aferido para a dinamização de criação de emprego e desenvolvimento económico. Cujos números e valores afastam do Barreiro eventuais investidores externos.

Os cortes mais significativos estão situados na dinamização da ação social e de intervenção sociocultural.

O aspeto da segurança também merece consideração e o valor que foi considerado merece crítica.

A gestão económico ou financeira e administrativa deveria de ser mais eficaz, embora a senhora vereadora já tenha referido um conjunto de medidas que se propõe tomar nesta área.

Com a eliminação de parcelas que se reconheciam inflacionadas, há uma maior aproximação da realidade, que no entanto ainda não é atingida.

A ausência de participação contínua patente na construção não participativa de um instrumento essencial da gestão autárquica.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, apresenta os seus cumprimentos e refere que esta proposta de orçamento também não é a do Partido Social Democrata.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Assinalam e ficam satisfeitos pelo fato do Partido Socialista partilhar de algumas das suas preocupações. Designadamente em matérias como a segurança e aparente falta de aposta no investimento do desenvolvimento económico e no emprego.

Este é o orçamento da força que venceu as eleições. Aproveita para elogiar em geral, o facto de após o regate acordado entre o município e o estado através do PAEL, em montante superior a dez milhões de euros. O município ter sabido reduzir o orçamento de 61,7 para 46, 1 milhão de euros. É um orçamento da austeridade, reconhecido pelo próprio município, no seu documento relativo às orientações estratégicas.

Apesar do elogio justo fica uma nota de alguma perplexidade, este documento nas suas orientações estratégicas é uma grande desilusão. Porque nele deveria de estar o essencial das opções políticas para o próximo ano. Mas o que acontece é que tem uma vez mais a participação. Pergunta se é mais uma vez conversa e propaganda e questiona onde está o desenvolvimento económico, o emprego, os investimentos estruturantes. As iniciativas do município que não dependam de dinheiro de terceiros, designadamente do estado e da união europeia.

O Deputado **André Batista** do PS, apresenta os seus cumprimentos. Refere que o deputado que o antecedeu diz que este não é o orçamento do PSD e tece algumas considerações, umas que partilham e outras que não. Nesse sentido pergunta lhe se este não é o orçamento, em que o sentido de voto dos vereadores do PSD no executivo camarário, tomaram posição favorável e aceitaram pelouros e aqui os deputados do PSD pela sua intervenção parece lhe que tem outra. Esta é uma questão profundamente política e de coerência

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, dá as boas vindas ao deputado que o antecedeu e constata que o Partido Socialista desta vez não quis correr riscos com vereadores seus a aceitarem os pelouros que lhes eram destinados.

Pede esclarecimentos no sentido em que o PS diz que este não é o seu orçamento, mas votou favoravelmente o plano que sustenta o PAEL num período de 14 anos. Como se vê o PS a não votar favoravelmente 14 orçamentos consecutivos.

O Deputado **André Batista** do PS, a discussão do PAEL continua a ser relevante.

A posição do PSD de ser a favor da adesão ao programa mas não ser a favor do plano, sempre foi para o PS complexa e de difícil compreensão

O Partido Socialista esteve sempre uma postura de responsabilidade. O que estava em causa quando votaram o PAEL era o pagamento das dívidas a fornecedores



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

O deputado Hugo Cruz conjuntamente com o deputado Isidro Heitor foram das pessoas que mais alertaram para a forma como o executivo se andava a financiar à conta de não fazer os pagamentos devidos a fornecedores. Na sua apreciação consideravam uma má gestão do executivo, mas sem dúvidas optaram pelos que precisavam de ver as suas contas regularizadas.

Entendem que a necessidade daquele pedido de “regate” tão agressivo não era necessária se tivesse havido outro governo da Cidade do Barreiro.

Tem toda a liberdade de discordar dos orçamentos sobretudo numa matéria que pensa estarem de acordo com o PSD e tem a ver com a questão do investimento e do desenvolvimento económico. Não é aceitável que a verba que está cativa para o desenvolvimento económico seja tão baixa.

A Deputada **Naciolinda Silvestre** do MCI e Presidente da União de Freguesias de Palhais e Coina, cumprimenta os presentes e dirige-se ao senhor presidente, para dizer que embora estejam a decorrer algumas conversas entre a câmara através da senhora vereadora Sofia Martins e a união de freguesias de Palhais e Coina sobre o novo protocolo das descentralizações. Quer deixar expresso que não compreendem como é que o anterior executivo da freguesia de Palhais prescindiu de um cantoneiro que estava descentralizado na área da varrição. Desde modo originou que se gastassem verbas, contratando funcionários do exterior.

Nos mapas que receberam para 2014 o cantoneiro descentralizado para Palhais continua a estar incluído, mas na verdade não está a desempenhar funções.

O executivo da união de freguesias de Palhais e Coina irá continuar as conversas com a senhora vereadora de modo a resolver este problema no entanto não poderá votar a favor deste plano de orçamento para 2014, porque o que está mencionado nos mapas não está a ser executado.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, dá as boas noites aos presentes e diz que se encontram hoje a discutir e a votar documentos da maior importância para o desenvolvimento do trabalho autárquico do concelho.

Para a análise destes documentos tem que referir de início as contingências externas com que a sua elaboração se debateu. Resultante de políticas definidas, pelo Orçamento de Estado para o ano 2014, e que são a redução de transferências para as autarquias locais, num total de 68,5 milhões de euros e que no caso do Barreiro se traduz numa redução de 260 mil euros. A possibilidade do governo de legislar para que a administração central, retenha os valores da dívida dos municípios aos sistemas municipais de água, saneamento e resíduos sólidos, com o fim de criar condições para a sua privatização.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Aumento da comparticipação das autarquias para a caixa geral de aposentações em 3,75%. No caso da autarquia do Barreiro representa 340 mil euros

Retenção, de 1% do fundo do equilíbrio financeiro, transformando essa verba em receita própria da Direção Geral das Autarquias Locais o que viola a autonomia do poder local e que no seu entendimento é inconstitucional.

Impõe também a obrigatoriedade da redução da dívida superior a noventa dias em 10%.. Manteve-se o IVA sobre as refeições escolares.

Os programas POLIS em curso na prática poderão ficar sem comparticipação da administração central, o que provavelmente os vai inviabilizar.

Mantem à semelhança de 2013 a redução de salários para os trabalhadores da administração pública.

Impõe redução do número de trabalhadores em 2%, restringe a possibilidade de novos concursos para a admissão de trabalhadores, com consequências gravíssimas para a qualidade do serviço que se presta em especial nas áreas operacionais.

Apesar das restrições foi possível apresentar os documentos referidos e relata em que é que se destacam, comparando-os com documentos apresentados em anos anteriores e refere em que é que se destaca. O documento aproxima-se muito da base zero, ou seja a questão do empolamento que se verificava em orçamentos anteriores, desapareceu.

O PAEL permitiu transformar as dívidas do município, transitando para dívidas de médio e longo prazo. Situação incomparavelmente melhor que a anterior.

As principais opções de investimento, são no sentido da conservação da rede de água e saneamento. A ampliação do cemitério da Vila Chã, as descentralizações para as juntas de freguesia, o investimento nos transportes coletivos do Barreiro, a escola básica nº 2 do Lavradio, a renovação/melhoria da frota para as águas, fardamento e ferramentas para os trabalhadores. Pavimentações entre outros.

Foram estas as opções da CDU, muito mais gostariam de fazer, mas a grave situação que atravessam e o estrangulamento financeiro motivado pelo atual governo, não o permitem.

A reforma da Administração Pública em curso que o governo ainda pretende levar mais longe visa transformar o poder local num mero instrumento de serviço alheio às populações e aos seus eleitos, violando gravemente o preceituado constitucional sobre a autonomia das autarquias locais



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, faz um pedido de esclarecimento, sobre a valorização de que falou dos transportes coletivos do Barreiro. Questiona se na continuação dessa aposta e verificando que tem uma dotação de um milhão de euros,

sabendo que também no orçamento dos Transportes Coletivos do Barreiro contemplam uma dotação da ordem dos 810 mil euros provenientes do estado. Será que estes 810 mil euros não poderiam ser utilizados de outra forma, sugerindo que os mesmos revertissem a favor dos munícipes.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, Em relação aos Transportes Coletivos do Barreiro, existe um ponto próprio na Ordem de Trabalho para ser discutido.

Mas gostaria de lhe responder, devolvendo lhe a pergunta de outra forma. Porque será que desde os anos oitenta, altura em que foram definidas as indemnizações compensatórias a quem fizesse transporte público, o concelho do Barreiro, só as recebeu uma vez ou duas, pelo serviço que prestam.

O que pode dizer é que todos os governos sem exceção, o que fizeram ao concelho do Barreiro e aos seus habitantes, foi “espoliá-los”, de uma verba que era da responsabilidade do governo central.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, quando se coloca se estes 810 mil euros, se não podiam ser colocados ao serviço dos munícipes. Quer afirmar que os Transportes Coletivos do Barreiro, estão ao serviço dos munícipes, dos barreirenses e do desenvolvimento do Barreiro. Não são um mero acessório ideológico.

Quanto a algumas questões colocadas em relação ao desenvolvimento económico, gostava de saber, se quando o Partido Socialista esteve na Câmara, em quanto contribuiu para o desenvolvimento económico. Se tinha alguma verba em orçamento, para esse fim.

Estas duas bancadas, tanto a do PS, como a do PSD, tem vindo a colocar, nas diversas discussões de orçamento, esta questão do desenvolvimento económico e da falta por parte deste executivo de o potenciar.

Na opinião da CDU o desenvolvimento económico não se faz apenas com euros. Quem está no mundo empresarial, sabe naturalmente que também se faz com contatos e conversas com investidores.

Apesar de continuamente dizerem que nada foi feito, Informa que conseguiram a instalação do FORUM BARREIRO, gerador de emprego. O CONTINENTE e a intervenção que foi feita naquela área. O RETAIL parque em Coina. A empresa que se



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

prevê a sua instalação em Palhais, com a previsão de cerca de 400 postos de trabalho. Se isto não é desenvolvimento económico pergunta o que será.

A cedência de terrenos, a isenção de taxas e os apoios financeiros às IPSS, que apoiam por sua vez centenas de barreirenses e que são polos criadores de empregos, isto também não será desenvolvimento económico.

Existe também um alheamento do que foram as políticas destes sucessivos governos na destruição do aparelho produtivo no Barreiro. As opções em relação às infraestruturas, como por exemplo da construção da Ponte Vasco da Gama em detrimento da construção de uma ponte entre o Barreiro e Lisboa. A não vinda da construção do aeroporto em Alcochete, a não construção da terceira travessia sobre o Tejo, a não construção da plataforma logística do Poceirão e a não construção da ponte Barreiro-Seixal.

A câmara do Barreiro é parceira na rede de empregabilidade Barreiro-Moita. Como foi referida na última informação escrita do presidente da Câmara houve vários contatos no sentido de trazerem investidores para o Barreiro. Existiram várias reuniões com a direção do Centro de Emprego, esteve no Barreiro a administração da CP ou seja a lutar para que as oficinas da EMEF não se transformem num plano urbanístico, volta a questionar se isto não é desenvolvimento económico.

Temos pena é que o Partido Socialista não nos acompanhe numa luta clara contra o Orçamento de Estado para 2014.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, faz um pedido de esclarecimento, pergunta se em cede das Grandes Opções do Plano, que as opções da câmara, se devem resumir nos aspetos da criação de emprego, às reuniões e aos contatos. Acha que não há mais nada que se faça quantificada mente. Porque o que se propõem fazer é a manutenção do Varino Pestarola e gastar cem ou duzentos euros em sinalética turística.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, não entende a questão colocada, mas o mais provável é que o deputado não tenha lido o documento. Porque achar que o investimento é apenas numas placas.

O Deputado **André Batista** do PS, dirige-se ao deputado Hugo Abade, dizendo-lhe que tinha uma expectativa diferente em relação à sua intervenção, enquanto deputado municipal.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Fez uma grande confusão. A atração de investimento de que tanto se orgulha, são três superfícies comerciais.

Chama-o a atenção por ter feito confusão em relação ao PDM, porque quem queria urbanizar aquela zona era a CDU.

Relativamente à atração de investimento económico e sendo que as GOP e o Orçamento dizem sobretudo respeito a qual é que é a visão que a câmara vai ter, onde é que a câmara vai alocar os seus investimentos.

A questão que se coloca é a seguinte. Podem ter discordâncias em relação aos modelos de investimento, mas ao fim de oito anos, já chegaram a um ponto onde se podem medir resultados, e os senhores não tem nenhum resultado para apresentar.

O Deputado **André Antunes** do BE, este debate é uma esquizofrenia pegada.

A CDU sempre contra o pacto de agressão e aqui a defender a *TROIKA* local com muito vigor e depois os partidos da *TROIKA*, *a serem contra às opções tomadas*.

O deputado Hugo Abade vem valorizar o Fórum e o Continente enquanto potenciadores de desenvolvimento económico, mas questiona-o quantos desempregos é que estas duas superfícies comerciais provocaram.

Isto é sintomático da visão de crescimento económico, que este executivo da CDU tem.

Não há visão estratégica, o que se nota é que não há uma coisa que se encaixe na outra. Não há um fio condutor de investimentos.

Na rubrica da Participação e Cidadania o que salta mais à vista é o dia B. A cultura fica reduzida à manutenção do Varino Pestarola e pouco mais.

O Bloco de Esquerda discorda das prioridades que este Orçamento propõe. Isto mais parece um Orçamento só para manter a porta aberta, para manter a coisa a funcionar. Não tem perspetiva pro ativa.

Elogia a aplicação do orçamento base zero, diminuindo o empolamento.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, começa por falar sobre o orçamento de 2002 no mandato do Partido Socialista, que num total de 45 milhões de euros, para o desenvolvimento económico tinha uma verba de 60 mil euros e da qual foi executado 0%; Em 2003 num orçamento de cerca 50 milhões de euros, foi orçamento para o desenvolvimento económico 116.500 mil euros, com uma concretização de 15 mil euros, continuando a ser da responsabilidade do PS; Em 2004 num orçamento de cerca de 50 milhões de euros, estava previsto para o desenvolvimento económico, 72.800 mil euros, foram gastos 63.800 mil euros e em 2005 num total de quase 52



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

milhões de euros, estavam previstos para o desenvolvimento económico 42.500 mil e foram gastos 14 mil euros.

Em 2002 existiram 26 alterações orçamentais, que poderiam possibilitar que fosse deslocada mais verba para o desenvolvimento económico, assim como nos orçamentos seguintes.

A CDU agora tem uma verba de 129 mil euros, é pouco e não é discutível, mas pergunta o que é que querem fazer, qual é o entendimento do PS, do PSD, do BE e das outras forças políticas ali representadas. O que é que se faz neste capítulo em concreto. Que verbas é que seriam necessárias serem gastas.

E questiona no entendimento dos senhores deputados qual é o papel de uma câmara relativamente ao desenvolvimento económico. É o de criar empresas ??

O Deputado **André Batista** do PS, faz um pedido de esclarecimento. Se achava justo que ele lhe falasse nas purgas de 1930, onde o Staline liquidou uma série de pessoas e se confundisse isso.

Não acha normal que os queiram associar a uma coisa que já se passou à alguns anos.

O Partido Socialista tem uma visão progressista e vai fazendo evoluir a sua visão, não vale a pena usarem esse tipo de argumentário porque não é sério.

Acha justo que viéssemos aqui usar a atuação do Partido Comunista no passado para denegrir a atuação e o pensamento partidário de hoje.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, ainda assim de 1930 até aos dias de hoje são oitenta e muitos anos e o que falou foi de à dez anos atrás.

Compreende a dificuldade que o deputado André Pinotes tem em assumir esta situação. No seu partido têm muita honra do seu passado, se outros partidos não têm, o problema é deles.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, dá as boas noites a todos, e diz que na sua opinião tem falado muito pouco sobre o orçamento. A rubrica de desenvolvimento económico é residual neste orçamento em termos quantitativos, mas não é em termos de trabalho.

O Presidente da câmara informou a assembleia no final do último mandato que tinham conseguido finalmente conter a despesa na receita ou seja pela primeira vez e ao fim



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

de largos anos. Esse objetivo foi fruto de um trabalho articulado e conjunto, de análise da despesa e da redução e controle da mesma. Dá alguns exemplos do que foi feito nesse sentido, renegociação de contratos de serviços, redução de despesas ao nível dos consumíveis, da informação, das horas extraordinárias, da recolha do lixo.

Colocar este desafio na construção de um instrumento chamado de Orçamento para 2014 era fundamental que fosse feito, para haver uma aproximação a um orçamento base zero. Esta comparação é incorreta embora perceptível porque este não é o caso dos orçamentos da câmara que têm transitados, mas percebesse a comparação.

Uma das preocupações principais na elaboração deste orçamento, era o de haver um equilíbrio orçamental sem necessidade de recorrer a aumentos virtuais de rubricas que depois eram corrigidas parcialmente, durante o ano do exercício a que correspondiam, mas que não eram aquilo que eles nem a oposição consideravam corretas, essa é uma das questões fundamentais deste orçamento.

Não tem opções capotadas nem escondidas, o orçamento tem 46 milhões de expressão total. 42 milhões correntes e 4 milhões na área de capital.

Em termos de estrutura de recursos humanos custa quase 15 milhões. 15 milhões em 46 é um terço.

Têm situações nomeadamente na parte da despesa económica, de prestação de serviços indispensáveis à vivência do concelho, por exemplo a eletricidade que são mais de 3 milhões, SIMARSUL e AMARSUL 5,5 milhões, os transportes e outros.

As freguesias passaram de 8 para 4 de acordo com a lei imposta pelo governo a que apelida de “monstro” e as dotações praticamente não foram reduzidas. O que significa outra aposta estratégica da câmara e da maioria CDU.

O que resta é o investimento, como reconhecem é pouco, mas gostaria de ouvir por parte da oposição se é correto ou não a manutenção do apoio aos Transportes Coletivos do Barreiro, que são fundamentais nas questões de acessibilidades, comunicação de desenvolvimento económico.

É ou não importante o apoio às duas candidaturas que foram estudadas e preparadas, que tiveram apoio comunitário e que são o REPARA em relação à zona ribeirinha, envolvendo uma quantidade de agentes económicos e a questão da “CIDADE PARA TODOS” na Cidade Sol, que se incluí também no âmbito social.

Refere a utilização das duas cauções, no valor de 400 mil euros, cada uma, que vem no orçamento e que vai permitir que se conclua a situação das cordoarias e da Verderena.

A escola do ensino básico do Lavradio com cerca de meio milhão de euros de investimento



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste orçamento em algumas rubricas há uma clara indicação do prosseguimento do esforço de investimento. Como é o caso das escolas e para o próximo ano, é a escola nº 9 no Alto Seixalinho.

Fala sobre a maior dotação de verba para a expansão do cemitério da Vila Chã.

Quando à questão do deputado Vítor Nunes, sobre os TCB. Uma coisa são os apoios quer correntes quer em termos de capital que a câmara faz. Outra coisa é a compensação que poderá vir, no âmbito do exercício da prestação do transporte público. Esta situação vem resolver um problema que está nas contas dos TCB, em relação a uma dívida com operadores da área metropolitana de Lisboa e em que esse valor será para minorar essa dívida. Dívida essa que os TCB nunca a deveriam de ter pago porque não receberam atempadamente esses valores. Não se pode confundir uma coisa com a outra.

Houve a aprovação do PAEL, e na sua opinião corretamente porque era necessário aproveitarem esse instrumento financeiro. Situação para a qual, a câmara tinha condições de concorrer. Isso porque nunca deixaram de estar contidos nos critérios de endividamento. Receberam esse dinheiro e pagaram as entidades. Para além da verba recebida com o PEAL ainda conseguiram pagar mais cerca de um milhão. O PAEL permitiu fazerem uma reestruturação financeira, pagando verbas a curto prazo e colocando outras no médio e longo prazo. Fazendo acordos de pagamento com algumas entidades e que estão a ser cumpridos.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, após apresentar os seus cumprimentos, lamenta que como membro daquela assembleia que a generalidade da população esteja alheia ou não participe num debate estratégico para o concelho.

Recorda uma intervenção do deputado Paulo de Deus onde mencionava “*que o saneamento financeiro efetuado pela autarquia do Barreiro contribuirá para a boa gestão futura do concelho*”, eventualmente poderá estar de acordo. Tem que haver alguma coerência em relação às posições, existem algumas contradições. Na sua opinião está-se a ver as opções políticas muito a preto e branco, quer lhe dizer enquanto militante do partido socialista não renega a história, nem o que foi feito na gestão do partido socialista, enquanto geriu a câmara municipal do Barreiro. Fazendo a crítica aquilo que entende que não foi bem feito e valorizando o que foi bem feito.

Estão a analisar, a discutir e vão votar o documento mais importante para o município. Não renegam nem põe em causa a conjuntura económica do país, mas o que dizem é que isso tem impacto nos orçamentos municipais e locais, mas não podem esquecer, nem escamotear aquilo que é da responsabilidade das políticas municipais e do impacto que têm as opções que são feitas, é esconder um dado essencial na discussão do orçamento.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Genericamente este é um orçamento de gestão corrente, de manter a máquina em funcionamento, embora reconheça que nos dias de hoje tem de ser assim, mas com algo mais do que isso. No seu entender é o que falta neste orçamento, qual é a visão de cidade para o futuro, quais as apostas estratégicas em termos de desenvolvimento económico, independentemente do que foi dito. A verba ou rubrica para o desenvolvimento económico foi sempre baixa no município, embora compreenda que ao longo dos anos e na gestão do município não são só as verbas alocadas ali. Reconhece que existe algum esforço no sentido de aumentar esse valor. Tem de haver uma estratégia de desenvolvimento económico para o concelho, não podem andar sistematicamente a dizer que é por falta de realização de obra por parte do poder central.

Atirar as culpas para o governo é fácil principalmente por quem lá esteve só uma vez, em 1975. De má memória para os cidadãos e com consequências graves para o país.

O orçamento para 2014 está condicionado para além dos fatores externos com a contratação do empréstimo a médio e longo prazo ao abrigo do PAEL. Em que o Presidente da Câmara se viu forçado a recorrer para regularizar o elevado endividamento a curto prazo e que é da responsabilidade política da CDU. Foi na gestão da CDU destes dois últimos mandados que o endividamento subiu em flecha. Se tivessem tomado medidas antecipadamente não teriam que ter recorrido ao PAEL, para resolver a situação.

Em relação à proposta de orçamento para 2014 de 46 milhões e face à de 2013, existe um esforço de aproximar o orçamento à realidade, mas ainda fica inflacionado em cerca de oito milhões de euros.

Faz uma interpretação em termos percentuais entre o orçamento de 2013 e este para o ano de 2014, embora por vezes não seja suficiente e tenham que analisar outros anos anteriores.

Nas receitas correntes tem mais 9,4% face ao ano de 2013 e nas receitas de capital menos 84% face ao ano de 2013.

Nas receitas correntes e que são responsáveis por 92% da receita, tem mais de cerca de 9,5 % em relação a 2013.

Nos impostos diretos que representam mais de 32% das receitas correntes, tem mais 1,4 milhões face a 2013, no IMI mais 920 mil euros, no IUC mais 15% e que passa a ser um imposto com valor significativo. No IMT mais 19% e na DERRAMA em consequência da atividade económica em queda, está aqui refletida.

Nos impostos indiretos tem mais 96% face a 2013. Sendo as taxas de construção mais 2,3 %. Aqui ou o senhor Presidente explica quais as construções que se irão concretizar em 2014 ou então esta rubrica está claramente inflacionada. As taxas multas e penalidades têm uma quebra de 11%. As transferências correntes do Poder



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Central aumentam em cerca de 3 % face ao ano de 2013. Na venda de bens e serviços aumenta de cerca de 3,6 %.

As despesas diminuem em 25% face ao ano anterior. As despesas correntes diminuem 14,8 % e as de capital 45,6 % em relação a 2013.

Existem rubricas que estão condicionadas por não serem da responsabilidade da câmara, por exemplo na rubrica do pessoal, condicionadas pelos cortes salariais, medidas adotadas por parte do Poder Central.

As transferências, para o funcionamento das juntas, coletividades e transportes, tem descidas significativas.

Um facto que considera negativo é a falta de preocupação por parte da câmara com as famílias mais carenciadas, porque existem cortes de verbas nesta área, nomeadamente nos serviços sociais que tem valores irrisórios.

Em relação às Grandes Opções do Plano, entendem que não são umas GOP, mas sim umas POP, ou seja umas Pequenas Opções do Plano. E enumera os sítios onde existem as quebras.

Não é um orçamento equilibrado na afetação das receitas em relação às várias rubricas da despesa, falta-lhe uma marca de sensibilidade social, falta-lhe uma perspectiva de desenvolvimento económico do concelho, falta-lhe um plano de atividades devidamente calendarizado, falta-lhe a componente participativa dos cidadãos.

Assim sendo este orçamento tem algumas opções políticas que no seu entendimento não seriam as do Partido Socialista e por isso discordam desta proposta de Orçamento.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, agradece ao deputado Rui Ferrugem pelo esclarecimento, porque de facto não estava enganado saiu um milhão de euros do orçamento municipal para o orçamento dos TCB, estando contemplada uma entrada que não existia infelizmente no valor de 810 mil euros. E a sua pergunta era o que se vai fazer com estes 810 mil euros. O senhor deputado já esclareceu que será para o pagamento de dívidas a operadores. Entendeu, porque não sabia que a sua utilização irá ser essa. Na sua ótica os TCB tem evidentemente importância estratégica no quadro da mobilidade e na vida do município.

Agradece a intervenção do deputado Isidro Heitor porque se centraram no debate das questões orçamentais.

Reitera que elogiam a câmara pela natureza equilibrada do orçamento, mas apesar de tudo este não é o orçamento do PSD e por isso se absteve na votação da câmara.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sendo o orçamento da maioria respeita-o mas cabe-lhes fiscalizar, ajudar a esclarecer e a melhorar no possível numa lógica de disponibilidade.

Às questões colocadas sobre as opções políticas o que fariam de modo diferente, dá exemplos, na proposta de recomendação apresentada pelo PSD que visava a possibilidade de ser feito um estudo no sentido de se rever o quadro dos impostos municipais, deveria de haver eventualmente a devolução aos contribuintes barreirenses de uma parte do IRS. Neste orçamento do lado da receita há mais de 22,5 milhões de euros que o município projeta arrecadar em impostos diretos, indiretos e venda de água, isto vai sair dos bolsos dos barreirenses e vai ser gasto nas despesas do município.

Sugeriram que fosse criada uma polícia municipal, colocaram as questões mas não obtiveram resposta. Entendem que na lógica do desenvolvimento económico era importante que fosse criada uma agência local de investimento. O programa de distribuição gratuita de livros escolares, começar no 1º ciclo como já existe em Alcácer do Sal, autarquia também gerida pela CDU.

As opções são diferentes, as da CDU são legítimas, as do PSD são claramente diferentes e seriam as que enumerou.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, continua o PS através da intervenção do deputado Isidro Heitor, a bater na tecla de que o orçamento está inflacionado.

Do que percebeu da intervenção era na rubrica das taxas, num aumento considerado muito significativo em relação ao ano anterior.

As tentativas feitas pelo Presidente da câmara, em vários fóruns no sentido de poderem captar interesses económicos para o concelho, resultaram na situação da concretização do previsível investimento na zona de Palhais. Caso se concretize o valor que está no orçamento na rubrica das taxas, é um indicador. Esta situação não foi ponderada pelo senhor deputado Isidro Heitor e por isso considera um expressivo aumento das taxas e logo classifica de inflação.

O deputado Hugo Abade na sua intervenção deu o exemplo das grandes superfícies comerciais. O Presidente na altura disse que poderiam não ser a solução de emprego, mas que era de aproveitar.

Esqueceram-se todos de falar no projeto de reestruturação da Quimiparque, que abrangeu também a Assembleia Municipal, que os levou a várias sessões de esclarecimento, em conjunto com os dois gabinetes que trabalhavam com a câmara. Do qual surgiu um plano, um projeto, algo que está estruturado. O que se vai concretizar obviamente que depende da conjuntura. Na altura estava relacionado com a terceira travessia sobre o Tejo, do aeroporto para Alcochete, entre outros.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Uma dúvida suscitada pelo Deputado Amílcar Romano, de que se no caso dos 810 mil euros de compensação dos TCB não forem recebidos se continua a existir a rubrica da dívida aos operadores. O que acontece é que não é reduzida e não tem nenhum efeito negativo nas contas dos TCB.

O Deputado **Mário Durval** do BE, dá as boas noites a todos e de seguida reconhece o esforço que foi feito para reduzir, face à situação financeira do país e aos reflexos das imposições da *TROIKA*, por via governo aos municípios e que reduziu tremendamente o apoio central. Este esforço é significativo mas restringe a capacidade de intervenção da câmara.

Numa leitura mais geral do orçamento refere a falta de uma clara visão de cidade. Começa pela forma como o orçamento é feito, o problema da falta da participação da população e que entende ser uma questão chave. O importante era que nas GOP, naquilo que é o caminho que a cidade faz, deveria de ser discutido com a população.

Nas GOP, naquilo que vai marcar o rumo, dá o exemplo da Participação e da Cidadania, e que não tem lá nada, onde supostamente deveria de ser a primeira grande opção. No desenvolvimento económico o que lá está não tem qualquer peso, e assim sucessivamente noutros itens também importantes.

Todos os partidos nestas questões tem opções diferentes, este também não é o orçamento do Bloco de Esquerda. Quer sobretudo vincar as opções que tem que ver com as dinâmicas participativas da população e que não estão a ser acauteladas. Faz um apelo para que revejam esta situação.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, cumprimenta os presentes.

Como primeira nota, tem que ver com a dotação aos TCB, referida pelo deputado Rui Ferrugem. Explica que só colocou essa questão por uma razão. É porque se estava a verificar um ambiente de debate tão grande como se o dinheiro fosse recebido amanhã. Tem dúvidas de quando o irão receber, nem se o vão receber.

O deputado Paulo de Deus lançou um conjunto de dados do mandato 2002-2005 e poucos dos dois últimos mandatos e das próprias perspetivas para o orçamento de 2014. Afirma que há coisas que não podem ser banalizadas e que mereciam um debate mais aprofundado.

Relativamente a este orçamento que é assumido como o mais realista e sólido das últimas décadas, não comenta esta decisão do executivo quando chega a esta conclusão



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Coloca uma questão em relação à afirmação no preâmbulo, “Algumas das principais prioridades para 2014”, se existem outras que estejam escondidas ou quais são as outras que não estão expressas naquele documento.*

Diz que há alguns anos, uma expressão que se costumava usar era “ a navegação de orçamentos à vista”, hoje parece-lhe que é a navegação com o barco encalhado. Isso porque existem questões que ao contrário do que o Presidente tem defendido, não são problemas de despesa são problemas de receita. Quando a receita é esta e por mais esforço que façam não a conseguem alterar, a sua posição é de que este orçamento é um mau resultado, por opções de despesa.

Este orçamento significa uma desistência de uma vida de cidade e coloca a questão se o Barreiro é para afirmar uma cultura de cidade ou uma cultura suburbana. Vila operária já não é possível porque não tem fábricas.

Tem este orçamento reduções na despesa com caráter forte e ideológico nas áreas sociais, é onde é mais fácil cortar.

Na Cidadania, as transferências são para as freguesias, a questão que coloca é até que ponto esta verba vai ser suficiente para as novas responsabilidades das juntas de freguesia.

Na questão do desenvolvimento económico e dos 129 mil euros, há uma diferença abismal de conceito, de estratégia de desenvolvimento de um território.

Os loteamentos das cordoarias e da Verderena, através das garantias bancárias, permitiram à câmara encaixar mais de 3 milhões de euros. Esta situação ainda no orçamento de 2013. Em 2014 vai investir 800 mil e o restante em 2015. São um forte contributo para a gestão de três orçamentos. Os barreirenses ficam a perceber que a responsabilidade do estado em que se encontra quer as Cordoarias e quer a Verderena é da responsabilidade de execução da câmara do Barreiro, já não é do urbanizador.

Há despesas que acha que são estranhas, como por exemplo a intervenção no mercado 1º Maio, por ser uma obra nova; a atribuição para as hortas novas no valor de 100 euros, só se for para abrir a rubrica; para a cobertura para a piscina municipal, foi colocada uma à 12 ou 13 anos e que era de qualidade; se a verba inscrita no POLIS se destina a terminar a obra; algumas verbas em estudos, em parcerias, projetos e consultorias e acham estranho que três prestações de serviço ao exterior custem a o município 93 mil euros porque quando vão observar mais à frente o orçamento na intervenção social praticamente é inexistente. A não ser numa grande rubrica de ação social escolar de 900 mil euros mas esta é uma responsabilidade da câmara da qual não se pode refugiar. Na intervenção social, no apoio domiciliário 4500 mil euros; recuperação da habitação social 83 mil euros, onde deixaram de ser feitos nos últimos 6 anos investimentos. Constata que não há um verdadeiro Plano de



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Emergência Social, que o Barreiro e as famílias do Barreiro mais carenciadas justificariam.

Na educação os valores são insignificantes, para além das rubricas com valores direcionados pela Direção Regional da Educação de Lisboa.

No desporto a observação que lhe merece colocar é a de que este executivo pretende acabar com os programas de desenvolvimento desportivo.

Sobre o movimento associativo, é grave e se alguém tiver dúvidas é perder algum tempo a falar com os dirigentes, com os técnicos dos clubes e coletividades. O movimento associativo, que é um pilar assumido pelo discurso do presidente, atribuem-se 200 euros pela altura do aniversário quando solicitado e mais umas achegas a um ou outro.

Não denotam uma estratégia, uma orientação e sobretudo uma responsabilidade de colocar a intervenção social e as áreas sociais no centro das opções deste executivo neste tipo de conjuntura. O Barreiro iria assumir uma dignidade diferente da que constata no dia-a-dia.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, o deputado Isidro Heitor disse que as transferências correntes vindas do Orçamento de Estado são maiores do que foram em 2013, pensa que este não estudou o dossier porque está a fazer confusão. Se o valor total do orçamento diminui a transferência corrente aumenta em percentagem com os números que utilizou mas em termos reais são menos 260 mil euros.

Dizem que as questões sociais não fazem parte das prioridades da CDU, nas GOP representam 21% as verbas relativas às prestações sociais.

Na educação o deputado que o antecedeu talvez tenha feito confusão porque são mais de 900 mil euros para esta área não deve de estar esquecido do alargamento da rede do pré- escolar na escola básica nº2 do Lavradio.

Estão a chegar quase aos 40 anos depois do 25 de Abril, o Poder Local Democrático é uma das conquistas do 25 de Abril. Imediatamente a seguir entrou em vigor uma lei que atribuía algumas competências às freguesias. Posteriormente foram aplicadas quatro leis das finanças locais e finalmente esta que entra em vigor na sua plenitude em 2014. Nenhuma delas foi comprida. Todos os anos é sonogada verba ao concelho do Barreiro aquilo que teria legalmente direito. O concelho do Barreiro é credor do estado de verbas avultadas como tem nos mapas.

Sobre as questões da habitação social, não tem problemas em debater as questões mas tem que ter o mínimo de coerência. O Partido Socialista na última sessão e no âmbito da informação do presidente disse só terem sido arrançadas 6 habitações



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

socias. O deputado que o antecedeu hoje diz que há 6 anos que não há. É pouco mas existe.

Quando o Deputado Isidro Heitor se refere às GOP como POP pensa que já alguém o ouviu porque vão passar a chamar-se Opções do Plano (OP), é este o entendimento do PSD, não são grandes nem pequenas.

O que o poder central quer é que sejam meros executantes da sua política e contra isso sempre estarão na primeira linha a lutar.

Sobre as descentralizações para as freguesias, informa o deputado que o antecedeu e que acha que é muito pouco o dinheiro que se dá às juntas de freguesia. Que o valor que a câmara municipal do Barreiro descentraliza, para as agora quatro e que continuaram a lutar para que voltem a ser oito. É superior à verba que recebe do Orçamento do Estado. As freguesias foram-lhes alteradas e atribuídas competências pela lei 75/2013 e as verbas onde é que estão. Era contra isto que os senhores deputados deveriam combater. Por uma lei de finanças justa de repartição de verbas para os municípios e freguesias.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

Está a ver na síntese do orçamento para 2014 na pág.4 transferências correntes 2013 9.425 milhões, 2014 9.680 milhões. Finanças locais 2013 8.348 milhões e 2014, 8.648 milhões. Ou o documento está mal ou alguém anda a ver mal.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, o que tem que ser comparado são as despesas correntes mais as despesas de capital. Tem que somar as verbas e depois se achar necessário poderão novamente esgrimir os valores.

O Deputado **André Antunes** do BE, de modo a terminar com a especulação, pergunta qual a criação efetiva de postos de trabalho com a empresa SOGENAVE, que se prevê instalar em Palhais. Os 400 são efetivos, são resultantes da realocização da empresa e depois com a expansão, vão haver outros adicionais.

Em relação ao canil municipal, gostaria de saber qual é o projeto e o plano neste momento.

Foi referida a verba irrisória de 100 euros, para as hortas urbanas, o que gostariam de saber é onde está a resposta ao requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda, em Abril de 2012 em relação à criação de uma bolsa de terrenos para hortas urbanas.

Regista que o valor para as redes cicláveis é de 100 euros.



## MUNICÍPIO DO BARREIRO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Em relação aos apoios ao cartão sénior, gostaria que lhe dessem algum esclarecimento sobre os valores, porque numa primeira análise parecem-lhe pequenos.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, o PSD na sua campanha e mesmo ali já propôs várias medidas, em que o Barreiro tem que adotar um pacote fiscal no que toca ao município, de ambiente para negócios de modo a criar uma imagem favorável e que pode ser consubstanciado com uma agência local de investimento.

Pergunta sobre uma verba nova existente nas GOP de 110 mil euros, a que se destinam.

Por outro lado existe uma outra POP, utilizando a expressão do deputado Isidro Heitor, nomeadamente com a questão da segurança. A verba utilizada nas GOP é praticamente a que é utilizada de apoio aos bombeiros. Esta verba carece de ser reforçada porque a segurança não é só bombeiros. As forças policiais são em primeira ordem responsáveis pela segurança de bens e de pessoas. Há também coisas que o município pode fazer para colmatar esses aspetos. Existe um documento aprovado pela assembleia por unanimidade, já há algum tempo e que diz que se deveria de estudar a implementação de uma polícia municipal no Barreiro. Quando se fala em estudar não é pensar filosoficamente no assunto durante quatro anos é objetivamente identificar os locais onde ela existe, mensurar custos, viabilidade, os prós e os contras. Nestas questões da segurança e pensando um pouco mais além, uma das coisas que fariam diferente e que estava no programa do PSD, era estudar a possibilidade da instalação de videovigilância ou CCTV em locais críticos do concelho.

Foi aprovado na câmara um aumento muito expressivo das tarifas da água, e que vem na sequência de muitos outros que já foram feitos anteriormente. Gostava de perceber se nesta nova sobrecarga para os barreirenses, qual o impacto estimado no aumento da receita. Qual é a expressão atual dos incumprimentos quer ao nível da água quer em número, valor e quer em tipo. Se é mais para os comerciantes, para os mercados municipais, ou para o consumo doméstico.

Relativamente às garantias bancárias, foi indicado na conferência de líderes, que o Banco Santander ainda não teria procedido ao pagamento de um delas. Gostava de perceber se houve alguma justificação por parte daquela entidade e se a situação se mantém.

Sobre a transparência e qualidade da informação prestada, nomeadamente nas contas. Sugeriram várias coisas, como comparações plurianuais de 4 a 5 anos quando são apresentados orçamentos e comparativamente deverem de ser apresentadas as execuções. Comparações com o setor ou seja comparações com a média das autarquias locais em alguns indicadores. Apontar qual a meta, qual a referência, que o



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

município deveria de atingir em termos de *benchmarking* de municípios, um sumário executivo para não tornar o debate tão denso e ser mais perceptível para as pessoas que não estão tão dentro dos números poderem acompanhar o orçamento em linguagem simplificada. Quer deixar o registo de que muito poucos sugestões foram aceites.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, faz uma interpelação à mesa.

Dirige-se ao Presidente da Assembleia Municipal para lhe perguntar, na sessão de segunda-feira, disse que na falta de aprovação de um novo regimento para este mandato, o regimento anterior continuava em vigor. O regimento é composto pela parte do corpo principal e dos seus anexos. Há um anexo que para o ponto relativo ao orçamento contempla atribuir ao Partido Social Democrata 20 minutos para a sua intervenção. Foi o que entendeu das suas palavras, a não ser que já tivesse sido aprovado um regimento, o que não foi. A não ser que tivesse sido alcançado um acordo em sede de conferência de representantes, mas não o foi. A não ser que nesta reunião da Assembleia Municipal tivesse sido votada uma grelha diferente, mas também não o foi. Extravasa claramente as suas competências e limita a interpretação do regimento que está a fazer.

Conclui dizendo que as pessoas que estão no grupo de trabalho, estão a trabalhar com seriedade, mas lamenta que quando tanto se fala de participação, o PSD apresentou uma proposta em termos de formação de grelhas de tempos de intervenção dos partidos em que se atribuía à CDU o tempo por si solicitado, em que se atribuía ao PS o tempo por si solicitado, e aumentavam a quantidade de minutos das grelhas para dar mais tempo ao PSD, ao BE, ao MRPP e a reação obtida a esta proposta foi completamente desfavorável.

A interpolação é no sentido de esclarecer se vai ou não cumprir o regimento.

**Presidente da Assembleia Municipal**, repete que vai cumprir o regimento na parte em que é cumprível e que é no texto e quanto aos tempos o que foi decidido na conferência de representantes é que os tempos seriam respetivamente de 51 minutos para a CDU, 39 minutos para o PS, 12 minutos para o PSD, 12 minutos para o BE, 5 minutos para o MRPP e 5 minutos para o MCI.

O Deputado **José Batata** da CDU, refere-se a uma intervenção do senhor deputado André Antunes, referindo-se às questões culturais e caricaturando a posição da câmara relativamente ao apoio às atividades culturais. A dada altura diz que a atividade da câmara se resumia à manutenção do Varino Pestarola. Quer lhe recordar que na sessão anterior daquela assembleia, o senhor deputado defendendo o



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

desenvolvimento turístico do Barreiro, fez largos e rasgados elogios ao Barreiro Rock, ao OUTFEST, dizendo que era do melhor que o Barreiro tinha e como é que depois vem ali dizer para rematar que a política cultural da câmara se resume à manutenção do Pestarola.

Recorda que o Barreiro tem menos de 100 mil habitantes e que em termos culturais, refere apenas algumas coisas, como por exemplo as suas centenas de coletividades em que cada uma delas tem a sua atividade com um desenvolvimento cultural específico de acordo com os seus associados. Tem duas bandas de música em funcionamento; tem uma orquestra de Jazz; tem uma orquestra ligeira; tem uma camerata; tem três ou quatro coros amadores; tem três grupos de teatro; Tem cooperativas que se dedicam exclusivamente a atividades culturais, com exposições, debates, lançamentos de livros, palestras, etc. Porque não se quer alongar no tempo e porque já se percebeu a ideia, quer apenas desafiar o senhor deputado André Antunes a comparar qualquer cidade da europa com a dimensão e a população do Barreiro, que tenha qualquer coisa de atividade cultural que se compare, a todo este movimento.

O Deputado **André Antunes** do BE, faz um pedido de esclarecimento.

De facto na última assembleia, destacou a dinâmica que o Barreiro tem em termos culturais. Não precisa que o deputado que o antecedeu lhe venha elencar todas as companhias de teatro porque ele também faz parte de uma delas. Reconheceu que o Barreiro para a dimensão que tem, tem um potencial de criação gigantesco. O que se estava a referir é que para o potencial criativo que tem, o que está orçamentado é manifestamente insuficiente. Isso não invalida, que constate que não à uma potencialização do que o senhor deputado referiu e que está plasmado no orçamento.

O Deputado **José Batata** da CDU, diz que qualquer verba que esteja inscrita no orçamento será compreensivelmente para todos, insuficiente. É legítimo, e é bom que todos queiram mais, e que exijam sempre mais. Isso não faz com que não tenham a consciência da realidade e o bom senso para perceberem que todas estas atividades se mantem ao longo de décadas e algumas centenárias é porque têm sido apoiadas.

O Deputado **Rui Ferrugem** da CDU, indica ao deputado André Antunes, que no objetivo 6 das GOP, nomeadamente na 60.04 onde estão, protocolos, artes, ciclos de programação, está o que procura.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**VEREADORA SÓNIA LOBO** – Têm um orçamento que terá um impacto na vida do município e dos nossos munícipes, no serviço público que prestam. Que é mais do que manter a máquina em funcionamento. Dá como exemplo a conservação da rede de águas e saneamento, as obras no cemitério, a obra na escola nº2 do Lavradio, a obra na piscina do Barreiro, a conclusão das obras do REPARA e da Quinta da Mina.

Nas Grandes Opções do Plano, nas áreas de intervenção social têm 1.100 milhão, dos quais 921 mil são ação social escolar. Na área da educação tem 418 mil euros; na área da cultura 373; na área do desporto 637.

Em relação às verbas para as juntas de freguesia mantiveram a verba, esse valor terá que ser avaliado e analisado posteriormente de acordo com a análise que está a ser feita de acordo com a nova legislação em que o protocolo terá que ser reajustado tendo em conta as novas competências quer do município, quer das freguesias.

É verdade que nas águas e mais concretamente nos resíduos teve um aumento, nas outras componentes quer em relação à água quer em relação ao saneamento teve uma redução. No global tem um aumento que em termos de receita é de 2% face ao ano anterior.

Esclarece em relação às garantias bancárias, confirma que ainda não receberam o valor, não lhe parecendo estarem fora de prazo.

Reforça que tem um orçamento equilibrado, que não é um orçamento inflacionado. Preveem ter uma receita de quase 40 milhões. Com uma redução de transitados de cerca de 10 milhões. Receberam o PAEL, mas pagaram mais de 11.500 milhões de euros, referindo-se aos pagamentos superiores a noventa dias, estando no momento a serem pagas, as de julho de 2013.

Redução dos valores dos passivos financeiros, em 2014 tem 3.500 milhões; em 2013, 2.500 milhões e em 2012, 3.200 milhões. Reduziram o endividamento total e face a 2012, reduziram 5 milhões de euros.

**Presidente da CMB**, cumprimenta os presentes e manifesta o seu pesar pelo falecimento de Artur Tavares, Barreiro reconhecido 2002, na área da resistência antifascista. Dando os seus sentimentos à família enlutada.

Faz uma saudação, que é motivo de regozijo pela distinção que o município do Barreiro recebeu, o prémio de qualidade do distrito de Setúbal, o 1º lugar para o Espaço J e o 2º lugar para o sistema de recolha dos de óleos alimentares usados.

Complementa as questões orçamentais colocadas pela senhora vereadora Sónia, naturalmente que percebem que este é o orçamento apresentado pelo presidente da câmara e pelos vereadores eleitos pela CDU. Nesse sentido percebe que os outros partidos digam que não é o seu orçamento.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Consideram do ponto de vista estratégico para o desenvolvimento do concelho do Barreiro. Que seja feito por um conjunto de intervenções, na diversidade das áreas, onde procuram fazer coisas, criar, construir, em conjunto com os outros atores que intervêm na sociedade barreirense. É esse conjunto que traz o desenvolvimento do Barreiro. Consideram que há do ponto de vista material, dois aspetos que são essenciais. Que são as questões do emprego e da mobilidade. Mas associa a estas uma questão que considera, que é a do envolvimento da população, dos agentes económicos, sociais, culturais, etc. Isto é a Participação, Democracia e Cidadania, como um elemento central do desenvolvimento.

Relativamente a questões mais concretas. Sobre a análise que fazem e sendo o orçamento uma previsão, explica como chegaram aos 46 milhões.

A receita de 2013 anda à volta dos 40 milhões. Se lhe juntarem os 2 milhões de receita de taxas de construção, provenientes dos projetos em desenvolvimento. Passam assim para os 42 milhões. Se associarem os 2 milhões de receita da EDP, provenientes da receita de 1 milhão de 2013 que não receberam mais as receitas a receberem em 2014. Se associarem a estes 44 milhões, o que calcularam de receitas de candidaturas do REPARA e da CIDADE SOL, passam aos 46 milhões.

Quanto às questões do desenvolvimento económico, já sublinhadas por vários deputados municipais. Parece-lhe ser consensual que estas questões são centrais. Mas todos estão de acordo, que não se resolvem com a verba que tem, para o desenvolvimento económico. Nem com os 100 mil, nem com 1 milhão, nem com 10 milhões. Não parece ser um problema da rubrica até porque o desenvolvimento económico é o somatório de uma intervenção global. O envolvimento da câmara não se vê por uma rubrica em concreto que tem como título desenvolvimento económico. Porque o envolvimento da câmara é o somatório de todas as intervenções no concelho. Dá exemplos de intervenções onde se dá desenvolvimento económico. Questiona se por outro lado poderão desligar o desenvolvimento económico do concelho, do desenvolvimento e da situação económica que o país atravessa. Poderão desligar os problemas que o Barreiro vive da desindustrialização, das opções que foram tomadas relativamente às acessibilidades de Lisboa para a Península de Setúbal. Não quer justificar o que não foi feito, mas quer enquadrar.

Enumera exemplos de medidas, que fizeram para o desenvolvimento económico do concelho, sem rubrica orçamental. E questiona se não é desenvolvimento económico acompanhar a evolução da SOVENA, ou acompanhar e incentivar para que a SOVENA não saia do concelho do Barreiro; Os contatos tidos com a ATLANPOR e com a TANQUIPOR; Procurar que a FISIFE se articule com o Instituto Politécnico existente no concelho do Barreiro, no sentido de terem projetos em conjunto; Fazer contatos para se manterem as oficinas da EMEF no Barreiro; Contatos com a região de turismo de Lisboa e procurar encontrar um protocolo que envolva a região de



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

turismo, empresas de restauração e empresas de alojamento no concelho e na região; Acompanhar os projetos de empregabilidade que se estão a desenvolver no concelho do Barreiro; Acompanhar, desenvolver e incentivar, fazer contactos para que o Plano de Desenvolvimento da QUIMIPARQUE, se concretize. Tudo isto e muito mais são aspetos de desenvolvimento económico.

Nas áreas sociais quer reafirmar, que não há cortes. O que se passa é uma redução de transitados de mais de 10 milhões de euros. Esta redução vai refletir-se nas várias rubricas do orçamento. Por outro lado e havendo duas escolas que passaram a fazer o enriquecimento curricular, deixando de ser a câmara a ter esta despesa no seu orçamento, este aspeto também afeta as rubricas da atividade das áreas sociais. Para a habitação social só falaram numa rubrica de 86 mil euros, mas existe outra rubrica nesta área de 130 mil. Foi feita uma confusão entre áreas de intervenção social e os serviços sociais da câmara. A área social neste orçamento tem 1.100 milhão, o desporto 637 mil euros, a cultura o património histórico 373 mil euros.

Sobre as transferências para a junta, o que está no orçamento é que tinham que lá colocar uma verba e neste caso é correspondente aquilo que são os acordos dos mapas atuais. Agora é preciso haver diálogo, para construir a solução alternativa que tem que ser consensual entre as quatro freguesias e a câmara municipal. É um processo em construção, que há-de vir à Assembleia Municipal em Fevereiro ou Abril.

Sobre as garantias bancárias, pensa que foi perceptível que receberam 1.500 milhão euros de uma das garantias bancárias. Continuam à espera da resposta do banco sobre a outra.

Nas Hortas Urbanas o valor é apenas para abrir a rubrica, porque consideram poder vir a estar em condições de avançar e nesse sentido queriam ter a rubrica aberta para essa possibilidade.

Quanto ao canil, tem o projeto concluído e vão iniciar a obra em 2014.

Com a empresa SOGENAVE prevê-se a criação de 400 postos de trabalho na sua esmagadora maioria são transferências do sítio onde estão para o concelho do Barreiro. O que diz é o resultado da transmissão que lhe é feita pelos contatos que tem feito.

A rubrica sobre o cartão sénior é só sobre a despesa o elemento físico enquanto cartão.

Quer sublinhar que é preciso que assumam que tem dificuldades financeiras, não estão a viver à larga, mas existe uma evolução positiva, do ponto de vista das contas do município. É preciso saberem gerir essas dificuldades, sendo evidente que estão a reduzir as dívidas de curto prazo, as de médio e longo prazo, as superiores a 90 dias e mais significativamente as dívidas globais do município.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Consideram que este é um orçamento condicionado pela situação do país e do concelho, que fez opções pelos serviços públicos, pela água pública, pelos transportes coletivos públicos e municipais. Que opta por continuar a apoiar as IPSS; o movimento associativo; a cultura; o desporto; mesmo quando isso pressupõe prejuízo da atividade própria do município. Que quer apostar no desenvolvimento económico e numa visão estratégica para o concelho.

O Deputado **André Pinotes** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

O senhor presidente disse na sua intervenção 7 vezes que estão todos de acordo, mas não estão e por isso cabe-lhe fazer uma pergunta.

Falou num conjunto de ações materiais e imateriais, de que na sua ótica a intervenção global da câmara é por si mesma um fator de atração de investimento económico. Pergunta lhe, se é abusivo concluir que o executivo não atrai investimento. O município tem atividade mas não atrai investimento económico.

Questiona se o presidente não acha que ao fim de oito anos, e sem discutir modelos, não teria chegado a altura de refletir sobre o modelo que adotou e avaliar os resultados do modelo adotado para atração de investimento económico e talvez começar a dar ouvidos às oposições, quando lhe propõe por exemplo a implementação de uma agência entre outras coisas e aí a rubrica deveria de ter uma verba.

Sem discutir metodologias diz que os resultados são nulos.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, faz um pedido de esclarecimento

O senhor presidente deu um exemplo das atividades de enriquecimento curricular não estarem no orçamento e ser um sinal que pode ajudar a contribuir para a redução de verbas naquela rubrica. Questiona que tendo a câmara nesta atividade um papel de coordenação de recursos e de orientação do projeto era subsidiada pela Direção Regional de Educação de Lisboa. Não representava um custo direto ao orçamento da câmara.

Outra questão tem que ver com as garantias bancárias. Independentemente de ainda não terem sido recebidas na totalidade. A câmara municipal já tem conhecimento deste facto, portanto pergunta se os próprios serviços já estão a trabalhar relativamente ao desenvolvimento de projetos para trabalhos, que tem que ser executados, para poderem lançar os respetivos concursos. Isto porque lhe parece que em relação a estes dois territórios devia de haver uma urgência na sua resolução, por serem centralidades da cidade. Não sabe o que justifica prolongar a obra por dois anos, 2014 e 2015, ficando a parte mais significativa para 2015.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

O deputado **André Antunes** do BE, faz um pedido de esclarecimento.

A pergunta que tinha feito era sobre a iniciativa que o Bloco teve em relação às Hortas Urbanas. Percebeu claramente que o valor dos 100 euros eram para início de rubrica. A questão que coloca é qual a direção. Como até hoje não obtiveram resposta à sua proposta, gostaria de ter alguma indicação, se vem em consideração à proposta do BE, e se não qual é a direção.

O Deputado **Ricardo Rosado** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

Quer louvar a tentativa do senhor presidente da câmara em tentar entrar em mais detalhe do que lhes pareceram ser as rubricas mais relevantes relativamente a este orçamento.

Pergunta ao senhor presidente, qual é que é o orçamento global para o Centro de Educação Ambiental da Mata da Machada e desse orçamento quanto é que está cabimentado para pagamentos a recursos humanos e para aquisição de serviços.

**Presidente da CMB**, Relativamente às Hortas Urbanas é um projeto na sua opinião multidisciplinar que vai envolver vários serviços. No sentido em que estão a trabalhar pensa que não há grandes diferenças relativamente àquilo que era a proposta do Bloco de Esquerda.

Relativamente às escolas e àquilo que disse sobre o enriquecimento curricular, quer reafirmar que assim é, mas a verba que a câmara recebia e que depois tinham a despesa correspondente, deixa de passar pela câmara e vai diretamente para os agrupamentos.

Quanto à garantia bancária que têm, o que estão a fazer é a preparar desde já e com a urgência que é possível, mas é preciso ter em conta, que a câmara tem que cumprir com regras. O concurso público leva em média 6 a 7 meses e depois ainda aguardar pela aprovação do Tribunal de Contas. Isto são fatores objetivos que não dependem exclusivamente da vontade da câmara.

À questão colocada se está disponível para fazer uma avaliação do trabalho. É o que faz permanentemente. Tem uma visão dialética da vida, em que o novo substitui sempre o velho. Existem permanentes mudanças que influenciam a decisão. Mas acrescenta que foi avaliado à pouco tempo pela população e esse também não deixa de ser um fator que influencia o seu pensamento, a sua reflexão e a sua prática

O que disse foi que as questões do desenvolvimento económico, não se desligam da ação global da câmara. Mas a ação global da câmara influencia o desenvolvimento



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

económico e todos os outros aspetos da vida quotidiana. Não se foca apenas no desenvolvimento económico. Na sua opinião tem trabalhado bem, o que não quer dizer que não tenham cometido erros, que não tenham feito opções que eventualmente poderiam ter sido feitas doutra forma. Mas a sua avaliação global é positiva, do trabalho feito em coletivo.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, o senhor presidente mencionou uma situação em que teria participado em conjunto com o Presidente da Câmara e outros vereadores em prole do município. Isso aconteceu no passado, acontece no presente e acontecerá seguramente no futuro. Mas não é por isso que falará em público de situações e de relações que devem manter-se estritamente na esfera privada. Agradecia que fizessem o mesmo do lado da vereação. Ainda assim quer dizer que houve observações que lhe pareceram absolutamente justas e que por estima, amizade, apreço, queria transmitir, as oposições tem contributos metodológicos e de trabalho a dar. Julga realmente que o método de busca de desenvolvimento económico, não é o certo porque não está a resultar. Porque esse investimento não tem sido atraído. Com amizade e estima pede ao senhor presidente que oiça mais genuinamente as oposições e dá-lhe um exemplo. Esteve presente em Maio no fórum da Baía do Tejo onde estava o senhor Presidente da câmara municipal de Vendas Novas, mas não estava presente o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, o do Seixal, o de Almada. Tinha sido importante que estivesse ou no caso de não poder, estar um responsável pelo investimento no Barreiro.

**Presidente da CMB**, Relativamente às questões do Centro Ambiental da Mata da Machada. Sugere para ser mais sucinto e claro, que o senhor deputado leia a pág. 36 a 38 do orçamento porque está lá rubrica a rubrica as despesas do centro ambiental.

O Deputado **Ricardo Rosado** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

Pergunta se há um estudo que justificasse aqueles valores, para cada uma dessas rubricas.

**Presidente da CMB**, o que o senhor deputado lhe tinha colocado anteriormente era sobre os valores.

Discutiu-se o apuramento relativamente a cada uma destas verbas atribuídas a estas rubricas, assim como a todas as outras do orçamento. O orçamento começou a ser construído antes do vereador Bruno Vitorino assumir este pelouro. Este orçamento foi construído ainda com o Presidente da Câmara enquanto responsável pela área.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

Naturalmente que o foi discutindo com o chefe da Divisão, as rubricas e ao que elas correspondiam, o que iria ser feito.

Em resposta ao deputado Vítor Nunes, diz que procura na sua vida pública, não tornar público o que é privado. Faz um esforço nesse sentido e pensa que o que ali fez não foi nada que ponha em causa este princípio. O que disse foi que o deputado Vítor Nunes, até conhece alguns dos esforços que a câmara e que o presidente da câmara tem feito, relativamente àquelas áreas. E que por esse motivo tinha condições para fazer uma avaliação de algumas das intervenções.

Cada um tem as suas convicções, cada um tem projetos políticos distintos, de vida e até caminhos. Pensa que tem dado provas de capacidade de dialogar, mesmo com entidades que lhe são estranhas, com pessoas com conceitos políticos e ideológicos opostos ao seu e nem por isso tem deixado de criar parcerias em projetos de desenvolvimento para o concelho do Barreiro. Mesmo quando as opções políticas são distintas e até mesmo antagónicas. Não tem sido isso que tem impedido as relações institucionais que é preciso criar em defesa do concelho do Barreiro e do desenvolvimento económico em concreto. Quanto à avaliação dos resultados também já concluíram que tem avaliações distintas.

**O senhor Presidente da Assembleia Municipal**, informa que tem três pontos para discutir e aprovar. Dois deles no seu entendimento poderão ser discutidos em conjunto mas com votações separadas. Crê estarem em condições de dar continuidade aos trabalhos. Pergunta se os senhores deputados concordam e nesse caso dá a palavra ao Vereador Rui Lopo para apresentar.

### **3.5 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO RELATIVAMENTE À PROPOSTA DA CÂMARA DE " GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS TRANSPORTES COLETIVOS DO BARREIRO PARA 2014".**

A Assembleia Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pelo Senhor Vereador Rui Lopo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como "**Anexo B**".



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

### 3.7 AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE QUATRO ASSISTENTES OPERACIONAIS – AGENTE ÚNICO, PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS TRANSPORTES COLETIVOS BARREIRO.

A Assembleia Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pelo Senhor Vereador Rui Lopo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo C**”.

**VEREADOR RUI LOPO** – apresenta os documentos em conjunto. Começa pela proposta de contratação de quatro Assistentes Operacionais, motoristas para os transportes coletivos do Barreiro. Procedimento que vem à Assembleia, em virtude do início do procedimento, que agora inicia o processo de contratação propriamente dito. A necessidade de contratarem os primeiros quatro classificados da lista.

A apresentação do Orçamento dos TCB. Quatro tópicos nesta primeira intervenção. É um orçamento contido no racional dos anos anteriores, que espreita investimentos que de forma oportuna possam justificar as parcas verbas que tem nessa perspetiva. Rubricas abertas, para tentarem canalizar na medida do possível e do disponível, durante o orçamento de 2014. Valores orçamentais inferiores aos de 2013, que materializam essa contenção. Apesar de ainda haver pontualmente algumas rubricas que do ponto de vista do encaixe da despesa ainda tem um valor significativo. Sublinha o aumento da Caixa Geral de Aposentações em cerca de 100 mil euros.

Um orçamento que apresenta por um lado a manutenção da transferência de um milhão de euros da autarquia e por outro lado prevê a possibilidade de haver uma transferência de verba por parte da administração central por obrigação de serviço público, ao abrigo da portaria de Agosto deste ano, que regula, que indica e que orienta, essa obrigação associada aos títulos de transporte intermodais.

Estando os TCB, aderentes aos títulos intermodais, por exemplo passe L; L 123, e outros. Estão elegíveis para esta compensação e este é um entendimento, dos TCB, da Autoridade Metropolitana de Transportes e da Secretaria de Estado dos Transportes. A verba que está inscrita é correspondente aos dois anos previstos pela portaria. Isto quer dizer que a portaria prevê que a compensação por serviço público tenha uma aplicação retroativa a 2012 e a 2013.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

Relativamente ao concurso para os agentes únicos, criou-se a expectativa para quatro trabalhadores, e estão a falar de um concurso de 2011, onde concorreram dez



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

trabalhadores, já com serviço prestado nos Transportes Coletivos do Barreiro e que entretanto interromperam e que pelo facto deste concurso terminar a sua validade em meados de Janeiro, decorreu a urgência de proceder à contratação destes quatro agentes únicos. A pergunta que coloca é se de facto estes quatro agentes únicos, são suficientes para as necessidades dos TCB. Não pode deixar de colocar até que ponto é que se fazem apenas quatro contratações, numa perspetiva do eventual aumento da hora de trabalho semanal para 40 horas.

Relativamente às transferências do orçamento da câmara para os TCB, que se inscrevem em três rubricas. Uma delas para pagamento dos bilhetes para possibilitar que os trabalhadores da câmara circulem gratuitamente nos TCB. É uma medida correta e que apoiam, mas é um serviço que os TCB prestam à câmara municipal. Este valor não pode ser confundido com os outros dois valores, que se inscrevem quer nas transferências correntes, quer nas transferências de capital.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, manifesta um desagrado por serem discutidas sempre as contas dos TCB depois da meia-noite e meia, o que desvaloriza o debate.

O que percebeu é que qualquer que seja a verba que venha ou não a ser recebida, fruto das indemnizações compensatórias, ela vai ser totalmente aplicada na amortização da dívida aos operadores.

Gostava de saber se neste orçamento ainda existe um reflexo das permutas que existiam com a Carris e se podia detalhar os contornos desse impacto, nomeadamente a quantidade de *minibus* que foram cedidos, os saldos, os valores de venda. A idade das viaturas que foram entregues à Carris e daquelas que foram cedidas pela Carris.

Uma das razões para a contratação dos quatro agentes únicos, na contextualização da Câmara, é a taxa de absentismo. Queria saber como é que compara a taxa de absentismo dos TCB, com a média do sector. Por outro lado o que tem sido feito para atenuar essa taxa de absentismo nas suas causas.

Na cedência para aluguer dos Transportes Coletivos do Barreiro é um negócio, que se quer tendencialmente lucrativo ou que pelo menos não gere prejuízo. Nesse sentido gostaria de saber qual foi a receita dos alugueres e das cedências de autocarros, feitas e daquelas que foram cedidas para greves e manifestações. Se sabe se ainda existem valores por receber, desse tipo de serviços.

Visualmente gosta mais do aspeto do orçamento dos TCB, mas considera-o uma espécie de resumo executivo. Falta-lhe adensar a explicação.

O Deputado **Ricardo Rosado** do PS, a questão que coloca é relativamente à contratação dos 4 agentes únicos. Se a prática do salário mínimo se traduz numa



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

opção de gestão deste executivo ou se emana de alguma imposição decorrente da lei que enquadra este procedimento.

O Deputado **André Antunes** do BE, qual é o critério aplicado na definição das tarifas de aluguer dos TCB.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, o concelho do Barreiro há muitos anos que tem transportes coletivos. É uma opção estratégica de dezenas de anos. Outros concelhos do país também têm. Isto tem vantagens e tem inconvenientes. Para além do contributo que tem para o desenvolvimento económico do concelho, tem poder na gestão.

Na realidade do país, onde existem muitos municípios, onde o esforço que é feito, cifra entre 15 a 20 % em transportes. Para transportar crianças, cidadãos, etc, etc. Orçamentos muito mais significativos que o nosso. Esta é uma área essencial, onde os municípios do país, hoje investem valores significativos. Importaria fazer se alguma reflexão estratégica, em termos dos transportes ao nível do país. Os TCB que hoje são TCB, se calhar em termos de economia de escala em termos futuros e de contenção de custos, independentemente das dificuldades que sabe existir, de legislação e de burocracias que essa situação poderá colocar. Se calhar terão que elevar o patamar e até passarem a existir algumas parcerias com outros municípios. Também seria importante fazerem a reflexão entre contratualizar e ter serviços próprios, em termos do equilíbrio, do ganho e das percas, nesta matéria.

O senhor vereador responsável pelos TCB, questionado à pouco tempo, sobre esse assunto, respondeu: "*porque não*". Não está com isto a querer dizer que se privatize. O que diz é que existem outras alternativas.

O Partido Socialista do Barreiro, tem uma posição muito clara sobre este assunto independentemente do Partido Socialista ter sido poder a nível Nacional e independentemente da posição adotada pelo poder central em relação aos TCB. Já expressaram na assembleia que é de toda a justiça, haver comparticipação aos TCB. Criou-se uma expectativa que espera que se concretize. Questiona se existe algum projeto de contratualização sobre esta matéria, que contenha as obrigações e os deveres.

Existe no orçamento um esforço em termos de contenção, ao tentar ajusta lo ao período que atravessam. Não inviabiliza o serviço que os TCB, prestam à população do Barreiro.

Em relação aos assistentes operacionais, diz que se é essencial para manter os TCB a funcionar, nomeadamente na área de pessoal e desde que comprovado pelo



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respetivo serviço e pelos respetivos gestores, acredita que é essencial e que é estratégico para manter o serviço prestado.

O Deputado **Hugo abade** da CDU, em relação à contratação dos quatro agentes únicos, quer dar o acordo por parte da bancada da CDU. Gostava que o Vereador Rui Lopo, pudesse dar uma informação mais aprofundada, sobre a importância da conclusão da implementação do sistema de bilhética sem contacto e por outro lado a integração do sistema de gestão de frota e o que vai permitir no que toca à comunicação com o passageiro. Estão a descorar os objetivos do orçamento e pensa também ser importante, fazerem uma reflexão sobre esta questão.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, quer perceber qual o critério para a tarifação dos alugueres. E porque é que se estima uma descida tão grande da receita com os bilhetes, no valor de 1,1 milhões e se lhe sabe dizer a execução à data dessa rubrica, para terem uma ideia desse enquadramento.

O PSD, também considera que os TCB, são importantíssimos para o Barreiro, mas não só. Diria que os TCB desempenham um papel que vai além do concelho do Barreiro. Nomeadamente tem um impacto muito significativo nos vizinhos da Moita. Fazendo também essa valia serviço para a Moita, quer perguntar se com os nossos parceiros da Moita, já houve algum contacto no sentido de eles solidariamente contribuírem para o esforço orçamental dos TCB. No sentido em que a população da Moita, beneficia muito com a utilização dos TCB. Crê que a estratégia futura de viabilização, seja ela qual for, poderá ter que passar por uma lógica de intermunicipalidade.

**VEREADOR RUI LOPO** – Foca-se primeiro nas questões colocadas sobre a contratação dos agentes únicos. O procedimento na prática terminará no caso de não recrutarem as pessoas. Esta é uma reserva de recrutamento, através de uma listagem de 10 classificados, feita pelos recursos humanos. O interesse é objetivo, para além da necessidade também ser objetiva. Tem uma imposição legal para o quadro de pessoal de redução de 2% para o ano, fruto das exigências dos sucessivos orçamentos de estado e é com essa contingência que tem de lidar também ainda durante o ano 2014. Apesar de necessitarem de muitos mais e está vigente no mapa de pessoal de caso essa possibilidade seja colocada em execução de Orçamento de Estado de irem para além dessa limitação. Sobre a questão colocada sobre o vencimento, este decorre de dois enquadramentos legais, do tempo do governo do Partido Socialista. A Lei 12 A, que aglutina todas as carreiras, passando a serem só cinco e depois o enquadramento do PEC 1, que faz com que todas as contratações,



## MUNICÍPIO DO BARREIRO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

tenham que ser feitas pela posição inferior na tabela que é a dos 485 euros. Porque até essa altura a política interna era a da contratação em dois posicionamentos acima daquela que era o valor inferior. A questão das quarenta horas, abordada pelo deputado Amílcar Romano. Dá-lhe a conhecer a orientação objetiva sobre este processo. O entendimento que têm é o de não concordarem, por acreditarem que tem um retrocesso civilizacional e é algo que não interessa aos serviços do ponto de vista operacional e da mecânica havendo necessidade de cumprir com uma lei do estado, não fosse um ganho de horas de serviço que pudessem ser materializadas do ponto de vista operacional. Na eventualidade de terem que trabalhar em 40 horas, naquilo que foi a construção dos horários dos transportes e dos turnos do pessoal, esteve sempre a ver com a melhoria das condições na prestação do serviço e da melhoria das condições de trabalho para os trabalhadores. Não é por ventura terem que vir a aplicar as quarenta horas que passam a ter excedente de pessoal.

Esperam não precisar de vir a aplicar as quarenta horas com a assinatura do acordo coletivo de entidade empregadora em funções públicas, assinado hoje pelo senhor Presidente da câmara. Crê que não vai ser preciso aplicarem nos TCB.

Se a verba que a câmara transfere para os TCB por via da subsidiação daquilo que são os passes, entendidos como institucionais ao nível da autarquia ou seja o transporte que é subsidiado aos trabalhadores da autarquia. Encontra aqui uma contradição do Partido Socialista desta assembleia, porque se recorda dos debates que teve com o antigo eleito municipal João Pintassilgo. Que foi perentoriamente concordante com esta medida, por ser uma medida muito boa do ponto de vista orçamental e que era imprescindível que os transportes também passassem a reconhecer, aquilo que é também um serviço que prestam à autarquia e que possa estar quantificado no orçamento.

Recorda ao deputado Isidro Heitor que o que disse está descontextualizado. Ficou surpreendido de o ver nesse evento, mas recorda-se que o deputado só lá esteve cerca de dez minutos, e que não assistiu ao resto de todas as questões. Foi um debate que o deixou preocupado, porque no setor dos transportes o raciocínio único era o de privatização ou o do modelo agora mascarado de concessão, que não o convence. Afirma que os Transportes Coletivos do Barreiro com a gestão da CDU na câmara, serão de administração municipal independente, não concessionáveis e não privatizáveis.

Em relação ao valor dos 810 mil euros a receber, e identificado em sede de orçamento, não está subjacente a este valor, um processo de contratualização. Tem a ver com verbas que são retroativamente devidas ao abrigo da portaria para 2012 e 2013. Não precisa de contratualização. A própria portaria aponta nesse sentido. A orientação do cálculo está definida e a metodologia pode ainda ser afinada. Existe uma proposta nas "mãos" do senhor secretário de estado dos transportes, com quem



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já reuniram, no sentido de verem se alguns destes valores e em particular a verba de 2013, poderia ser acordada o mais depressa possível. Não quer dizer que não estejam disponíveis e até fizeram essa proposta ao senhor secretário de estado, de entrar num processo de contratualização dessa obrigação de serviço público. O que também e ao abrigo da mesma portaria, faria todo o sentido, o alargamento do serviço dos transportes, não só para outros municípios que lhes são contíguos, mas sobretudo numa lógica de intermodalidade e de serviço público que prestam. Porque hoje ainda não lhes é possível servirem outros interfaces de transportes, que apesar de se encontrarem a 2 Km, mas que por serem fora do concelho, não os podem servir. Nem as populações do Barreiro que utilizam esse interface de transporte. E dá como exemplo a estação da Penalva, que está a 1 Km do concelho e que por esse motivo não a podem servir. É uma limitação da legislação do regulamento técnico, do RTA. Na reunião que tiveram no Barreiro, com autarcas dos cinco municípios fronteiriços e com o secretário de estado dos transportes, e nessa motivação da procura de um serviço comum, foi-lhe solicitado a alteração do RTA, para que a prestação do serviço pudesse vir a ser feita.

Existem comprovadamente outras autarquias do país, que tem muita dificuldade em cumprir, com o pagamento do serviço que contrataram, com os operadores privados. No conceito metropolitano, estão de acordo com a expansão da prestação de serviço dos transportes, mas esta expansão por exemplo à Baixa da Banheira, a fazer se com o L123, e do ponto de vista político não tinha problema absolutamente nenhum, porque entra no processo indemnizatório por compensação de serviço público. Não é ao município da Moita, que caberá fazer a correspondência, em sede do seu orçamento, daquilo que é o custo do transporte dos seus habitantes. Entende que isto sendo um setor estratégico ao nível do País e particularmente para a área metropolitana de Lisboa, com todas as dinâmicas económicas e sociais que proporciona é naturalmente uma obrigação do Estado, ter de compensar o serviço prestado, e neste caso por um operador municipal. Assim está reconhecido na portaria.

Esta portaria fixa a compensação financeira por obrigação de serviço público para os passes do tipo “L” e volta a recentrar o passe intermodal. Algo que foi desfocado pelos anteriores governos ao procurarem afastá-lo, quer por via dos aumentos, quer por via da perda de atratividade. O problema que tinha sido minorado ao aderiram ao “navegante”, que é comparativamente mais interessante, do ponto de vista financeiro, do que era o combinado com cada um dos operadores de transporte. O “navegante” agora, por não ter compensação por obrigação de serviço público, passou a ser deficitário. O “navegante”, sendo um passe mais barato, fez com que as pessoas migrassem do L123 para o “navegante”.

Refere que o critério para o aluguer dos autocarros é a do serviço ser dentro ou fora do concelho. Os rácios de apuramento do preço do serviço, tem a ver com o custo



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

hora/homem e o preço por Km. Neste momento ao nível dos alugueres, estes não são competitivos, comparativamente com as empresas privadas. Isso deve-se a uma canibalização ao nível das condições de trabalho, praticadas pelas empresas privadas. O princípio pelo que se regem é o de que não há nenhum aluguer que lhes dê prejuízo. Nesta lógica incluem-se todas as prestações de serviços, sejam elas a coletividades, à autarquia a entidades sindicais ou a empresas privadas.

Afirma que a verba de obrigação de serviço público é prioritariamente para amortizar dívida. Dívida que consideram ilegítima porque nunca receberam as compensações. Sendo reconhecido que as deviam receber. Quem as recebeu durante estes anos foram os operadores privados em prejuízo dos públicos. Foi esta situação que fez com que ficassem com dívida a outros operadores. Este pagamento da dívida também lhes interessa, do ponto de vista contabilístico e na normalização das contas.

O valor dos carros da Carris em sede deste orçamento, são 106 mil euros, que ainda não entraram. Venderam e compraram carros à Carris em concurso. Venderam as seis *sprinters*, no valor de trezentos e tal mil euros. Compraram 12 carros, a 30 mil euros cada um, mais outros dois ainda mais baratos, porque vinham para serem recuperadas as peças mas depois de os verem concluíram que estavam bons para por a trabalhar e por esse motivo vão por em operação 14 carros.

A taxa de absentismo é substancialmente mais reduzida à data do que era. São valores difíceis de gerir, que obrigam a um acompanhamento, muito próximo. É um processo que nunca estará terminado. A taxa de absentismo está alinhada com o setor.

A redução da verba de receita ao nível da bilhética e a execução orçamental, advém da perda significativa de passageiros. Constatam que também é uma preocupação do senhor secretário de estado dos transportes.

Os tópicos colocados pelo deputado Hugo Abade, reforçam o que é a perspetiva que tem dos transportes. Que não é só perceptível nos indicadores de gestão, mas também na importância que os transportes têm para o Barreiro, na visão que é dada ao Barreiro ao nível dos transportes. São reconhecidamente, conhecedores desta matéria, reconhecidos pela qualidade dos transportes. No Barreiro os rácios de utilização do transporte individual versus o transporte coletivo, o coletivo é altamente majorado e isto é único a nível nacional. É o concelho com maior mobilidade do ponto de vista do transporte coletivo rodoviário. O que valoriza o sistema intermodal de transportes na área metropolitana de Lisboa. Com a particularidade de reforçar o transporte pluvial. É a quarta ligação pluvial do mundo com maior número de passageiros. Estes tópicos são importantes em dois registos.

Os Transportes Coletivos do Barreiro precisam urgentemente de se modernizar. Estão a ser dados passos nesse sentido, mas infelizmente os orçamentos não permitem que seja dados passos ainda maiores, de olhar para a frente, sempre com uma visão no



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

mínimo a dois anos. Estes projetos já começaram há dois anos e estão agora a começar a arrancar.

Na gestão da frota neste momento todos os autocarros estão equipados com GPS. O que lhes vai permitir, numa primeira instância, melhorar imenso a gestão da frota, reduzir o número de recursos humanos, que estavam associados àquela gestão e permitir-lhes que façam outro tipo de gestão para melhorar o serviço.

A bilhética é importantíssima para que possam procurar novas formas de receita e se adaptem melhor às necessidades das pessoas

O setor dos transportes está muito padronizado, vive muito dentro de si mesmo, tende a não procurar soluções que se adaptem mais às pessoas. É imprescindível que do ponto de vista político, continuem todos a valorizar muito, aquilo que é a importância dos Transportes Coletivos do Barreiro.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, acha muito bem o esforço que está a ser desenvolvido relativamente à atualização dessa compensação por obrigação serviço público. Não percebeu quando se aponta o valor de 810 mil euros, de acordo com as contas decorrentes da portaria, que correspondem a dois anos. Para o futuro deverão considerar à volta dos 400 mil por ano.

Questiona ainda se de facto se rejeita insistir em negociar com o município vizinho da Moita no sentido de se conseguir uma compensação ou alguma lógica de solidariedade intermunicipal Se a Moita beneficia devia de participar naturalmente e pagarem mais lá do que aqui.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, gostaria de precisar uma questão que considera importante. O que á pouco referiu é que esteve num seminário, onde estava o senhor Vereador Rui Lopo. Teve que sair porque tinha um compromisso, caso contrário teria todo o gosto em ouvi-lo até ao final. A única questão foi numa resposta ao debate por parte da CDU. Que ninguém tire a ilação de que a CDU defendeu a privatização dos TCB.

O que referiu é que o senhor vereador não colocou o plano como um tabu, quando um jornalista o questionou, “porque não à privatização”, no sentido do porquê esta matéria não ser discutível.

**VEREADOR RUI LOPO** – Na questão colocada pelo deputado Vítor Nunes, confirma que os 810 mil são para dois anos. Distingue o que é obrigação de serviço público e o que é compensação. Pegasse no valor do passe e divide-se por 44 viagens. No passe L 123, recebem apenas a parte da percentagem da viagem que é atribuída aos



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passageiros do Barreiro. Neste momento corresponde a 50 cêntimos e deveriam de receber 73 cêntimos. O que lhes vão pagar é a diferença. Este valor em 2012 quando não existia o “navegante” e havia mais pessoas a utilizarem o L 123, rondava os quatrocentos e setenta e tal mil euros. O valor em 2013, em que já existia o “navegante”, menos gente a utilizar o L 123, rondava os trezentos e tal mil euros. Estas são as contas interpretadas pelos TCB, e di-lo porque eventualmente a autoridade metropolitana de transportes e a portaria, não vêm os transportes coletivos do Barreiro fora do padrão, por ser o único operador municipal, o único que tem um passe de rede. Não tem um passe em linha como tem os operadores, por exemplo da rodoviária ou TST. A metodologia de cálculo deles, quando for para ser aplicada aos TCB, é ligeiramente diferente de forma a serem justos é foge daquilo que é a regra que pode ficar instituída para todos os outros. É imprescindível apelarem à sensibilidade de que o caso dos TCB é um pouco diferente de todos os outros. Nos próximos anos deverá de ser um valor sempre na casa dos trezentos mil, mantendo-se a metodologia de cálculo e a migração que houve para o passe “navegante”.

Sobre a Moita e outros concelhos, a discussão manter-se-á sempre da possibilidade do serviço ser prestado pelos TCB. Pessoalmente acha que independentemente dos outros municípios poderem estar disponíveis ou terem rubricas orçamentais para participar algum tipo de serviço público. A maior parte do serviço prestado à Moita, ou que é utilizado pelos habitantes da Moita, decorre do L 123. Decorrendo deste passe L 123, é em cima da obrigação de serviço público, portanto é em cima da administração central, que recai essa compensação. Neste caso não é necessário que os municípios, inseridos nesta lógica metropolitana, tenham que se chegar à frente do ponto de vista do seu orçamento.

### **3.6 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO RELATIVAMENTE À PROPOSTA DA CÂMARA DE “DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO NO SEU PRESIDENTE PARA A REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, RELATIVOS A DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DE CARACTER REPETITIVO E CONTINUADO”.**

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 22 votos a favor; 17 da CDU, 2 do BE, 2 do PSD, e 1 do MCI e 8 abstenções do PS, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Lobo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo D**”.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

**VEREADORA SÓNIA LOBO** – Apresenta o documento proposto pela câmara, aprovado na reunião de 11 de dezembro. Que se refere à delegação de competências da câmara municipal no senhor Presidente, para a realização dos compromissos plurianuais. Neste caso sempre que se verifique que a despesa tem mais do que um ano económico.

Como é referido na alínea c) do nº1, do artigo 6 da lei 8/2012 da proposta e para que seja feita a assunção de compromissos plurianuais é necessária esta autorização prévia da Assembleia Municipal.

Estão a falar de concursos públicos, como é o caso da limpeza, dos seguros, da manutenção dos espaços verdes, entre outros.

O Deputado **André Batista** do PS, em função do debate que iriam ter, e para poderem tomar uma posição, solicita que sejam compreensivos e que deixem o Partido Socialista conferenciar por dois minutos.



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

### ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos pelas 2 horas e 7 minutos do dia 21 de dezembro de 2013, constando a gravação áudio desta sessão arquivada, nos serviços da Assembleia Municipal.

### APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, se lavrou a presente ata que após lida e aprovada por **MAIORIA** na reunião ordinária realizada em **22 de fevereiro de 2017**, vai ser assinada por mim Ana Paula Monteiro, *Paula Monteiro* Assistente Técnica que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Frederico Fernandes Pereira.

O Presidente da Assembleia Municipal

*Frederico F. Pereira*